

ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE - A TEORIA DE E. ERIKSON SOBRE O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

José Pereirinha Ramalho

Escola Superior de Educação de Beja

O estudo da formação e do desenvolvimento da identidade foi feito, pela primeira vez, de uma forma sistemática por E. Erikson, tendo os seus trabalhos influenciado de uma forma decisiva os estudos que se realizaram posteriormente no âmbito desta problemática.

Realizados no seu essencial nas décadas de 50 e 60, os seus trabalhos terão transformado o próprio pensamento psicanalítico nos Estados Unidos da América, permitindo a emergência de uma perspectiva intersubjectiva, relacional, que enfatiza a inseparabilidade do eu de outras componentes do desenvolvimento da personalidade, incluindo, para além da tradicional relação entre duas pessoas defendida pelo modelo psicanalítico, aspectos mais abrangentes do domínio social, ou seja, do contexto social em que um dado indivíduo se move. Apesar deste afastamento em relação ao modelo psicanalítico tradicional, os trabalhos de E. Erikson são, nos seus primórdios, fortemente influenciados pela corrente psicanalítica da época. Ele próprio foi membro do grupo psicanalítico que rodeava Freud em Viena, tendo subscrito muitas das suas propostas. Acabou, no entanto, por se afastar da perspectiva psicanalítica ao defender que o meio externo, o contexto social, o esforço individual e as capacidades adaptativas do indivíduo influenciam de forma determinante o desenvolvimento da personalidade (Ferreira, J. A. G. A.; Hood A. B., 1990).

Nascido na Dinamarca em 1902, E. Erikson viveu a sua infância na Alemanha, país de emigração dos pais. À semelhança do que aconteceu com outras personalidades E. Erikson viu-se obrigado a emigrar para os Estados Unidos da América na sequência da ascensão de Hitler ao poder. Tal facto poderá ter sido determinante no modo como elaborou a sua teoria psicossocial do desenvolvimento, que realça a importância que o meio exerce no desenvolvimento dos indivíduos. As suas viagens, o contacto com outras culturas terão fortemente influenciado o pensamento do autor, ao ponto do mesmo se ter referido a si próprio como tendo sido marcado por uma variabilidade de contextos culturais que o terão levado a interessar-se, de uma forma muito particular, pelo desenvolvimento da identidade.

Identidade e estádios do desenvolvimento psicossocial

O termo “identidade” tem sido usado de forma profusa por diferentes perspectivas e autores, com múltiplas conotações. A definição de identidade, assim como a terminologia utilizada (Self, Self concept, carácter, personalidade...) diferem em função da teoria, da metodologia que lhes está subjacente e do lugar que o conceito ocupa na teoria (Costa, M.E., 1991).

Não existe, pois, uma definição suficientemente abrangente, que de uma forma satisfatória e consensual permita a compreensão do processo em jogo.

De entre um conjunto relativamente elevado de ideias e de perspectivas que giram à volta desta problemática, sobressai, todavia, uma linha de investigação que decorre dos trabalhos sobre a identidade desenvolvidos por E. Erikson.

Este autor, que continua a ser um importante quadro de referência para os investigadores que se têm debruçado sobre esta problemática, definiu inicialmente a identidade pela ausência de algo perdido em circunstâncias adversas.

Nos estudos que desenvolveu como clínico durante a 2ª guerra mundial, E. Erikson (1968) observou que determinados pacientes, soldados sujeitos às contingências da guerra, tinham perdido a noção de identidade pessoal e de continuidade histórica e, em grande parte, o controlo central sobre si próprios. Reconheceu igualmente que este tipo de distúrbio central poderia ser encontrado em “...jovens portadores de graves conflitos cujo sentimento de confusão se deve mais a uma guerra no íntimo deles próprios, assim como em rebeldes desorientados e delinquentes destrutivos que fazem a guerra contra a sua sociedade” (Erikson, E. H., 1968, p. 15). Esta situação foi considerada como constituindo uma crise aguda, possivelmente transitória para a maior parte dos casos, tendo a sua origem numa regressão ou num prolongamento indevido de uma crise normativa do desenvolvimento. Neste sentido, a crise de identidade foi entendida como sendo normal em determinados períodos do desenvolvimento como a adolescência e o início da vida adulta.

Termo assaz complexo, como o próprio E. Erikson (1968) o reconhece, a identidade é definida pelo autor como um processo que se organiza, de facto, à volta de duas identidades, localizadas simultaneamente no âmago do indivíduo e no núcleo central da sua cultura colectiva. Em termos psicológicos, a formação da identidade constitui-se a partir de um processo de reflexão e observação simultâneas que “ocorre em todos os níveis de funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a

si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele” (op. cit. p. 21). Este processo é na sua essência, e felizmente, segundo o autor, um processo em grande parte inconsciente, excepto nos momentos de crise, quando as “condições internas e as circunstâncias externas se combinam para agravar uma dolorosa ou eufórica consciência de identidade” (op. cit. p. 21).

Compreender a identidade significa, nesta perspectiva, que não se pode separar o desenvolvimento pessoal da transformação comunitária, a crise de identidade na vida individual de possíveis crises do desenvolvimento histórico. O meio no qual o indivíduo se situa, as instituições sociais, o contexto cultural são fundamentais para o desenvolvimento da identidade do sujeito. O meio não cerca apenas o indivíduo, está dentro dele. A palavra “Umwelt” introduzida pelos etólogos alemães traduz de forma feliz, na opinião do autor, esta ideia. De um ponto de vista desenvolvimentista, “os meios anteriores estão para sempre em nós” (Erikson, E. H., 1968, p. 23), pressupondo deste modo a identidade o sentido do tempo, o sentido da imutabilidade e o sentido da continuidade, quer internas - do próprio -, quer externas - o significado que as pessoas têm para os outros.

É um processo que se inicia a partir do encontro da mãe e do bebé, num determinado contexto sociocultural, prolongando-se num movimento em constante ampliação e diferenciação, passando pela crise normativa da adolescência e “terminando” apenas quando se dissipa o poder de afirmação mútua do homem.

A identidade é, por excelência, uma tarefa da adolescência, sendo durante esse período que ocorrem as transformações mais importantes em termos de construção da identidade. Durante a adolescência, o sujeito procura encontrar-se consigo próprio (e com os outros) numa tentativa de se definir de uma forma clara em relação ao seu modo de ser e de estar num mundo também ele marcado pela mudança. A integração das experiências do passado e do presente permitirão a emergência da identidade que se faz pela projecção do sujeito no futuro, ou seja, na organização de projectos de vida que dão sentido e continuidade à existência do indivíduo. Neste sentido, a adolescência ao mesmo tempo que é determinada pelo que ocorreu antes, determina também, em grande parte, o que acontecerá depois.

À semelhança de Piaget, que defendeu que a equilibração constituiria um dos factores mais importantes para o desenvolvimento cognitivo, E. Erikson (1968) propõe como ponto de partida para a compreensão do desenvolvimento pessoal o princípio epigenético que pressupõe a existência no ser humano de um potencial para o crescimento. De acordo com este princípio, o desenvolvimento far-se-ia de uma forma sequencial a partir de um plano de base, uma espécie de mapa potencial que estaria na base de todo o crescimento (Sprinthall, N.; Sprinthall, R. (1990). Este plano de base, no qual assenta todo o desenvolvimento do ser humano não implica, contudo, que o crescimento se faça de uma forma totalmente programada e

automatizada. A interação entre a criança e o meio, o modo como as diferentes crises que estão na base dos estádios são resolvidas, conferem ao ser humano múltiplas possibilidades em termos de desenvolvimento e de organização da identidade.

São 8 os estádios propostos por Erikson (1963), correspondendo cada um deles a um período cronológico específico que o autor representa a partir de um diagrama epigenético que inclui um sistema de etapas psicossociais interdependentes. Este diagrama constitui uma espécie de plano psicossocial, ou seja, uma sequência normativa de aquisições psicossociais que se efectuam “à medida em que cada etapa um novo conflito nuclear soma uma nova qualidade do ego, um novo critério de fortaleza humana acumulada” (Erikson, E., 1963, p. 249).

Este diagrama não pretende ser uma prescrição, mas sim um esquema que ajuda a pensar o desenvolvimento psicossocial, fornecendo apenas um itinerário do desenvolvimento possível. O facto do diagrama registar, por exemplo, uma série de conflitos ou crises, tal não significa, todavia, que todo o desenvolvimento psicossocial seja constituído por uma série de crises, mas sim que o mesmo se faz através de uma sucessão de fases críticas, ou seja, de momentos decisivos, de opções entre a progressão e a regressão, entre a integração e a rejeição. O diagrama admite de igual modo variações no ritmo e na intensidade do desenvolvimento. Um determinado indivíduo ou os sujeitos de uma dada cultura podem demorar-se mais em algumas etapas ou, pelo contrário, passarem pelas mesmas em ritmo acelerado. Estes retardamentos ou acelerações influenciarão inevitavelmente todas as etapas posteriores, visto as mesmas se organizarem de uma forma interdependente, o que permite, por exemplo, considerar não só o que possa ter sido a velhice, mas também como devem ter sido as etapas que a antecederam.

Cada etapa organiza-se à volta de dois pólos, um pólo positivo e um pólo negativo, constituindo os pólos positivos a antítese dinâmica dos pólos negativos (confiança básica *versus* desconfiança básica, autonomia *versus* vergonha e dúvida, iniciativa *versus* culpa, indústria *versus* inferioridade, identidade *versus* confusão de papel, intimidade *versus* isolamento, generatividade *versus* estagnação, integridade *versus* desespero). Cada etapa é assim marcada por um conflito nuclear entre duas orientações polares, o que não significa contudo que uma exclua a outra, significando antes um movimento dialéctico entre ambas, cujo resultado será uma espécie de síntese entre o pólo positivo e o pólo negativo (Costa, M.E., 1990). E. Erikson (1963) refere-se a uma proporção favorável, por exemplo, da confiança básica em relação à desconfiança básica, uma proporção favorável da vontade autónoma relativamente à vergonha e à dúvida, sem que tal signifique o desaparecimento do pólo oposto. Estes conflitos nucleares constituem deste modo momentos de crise, de “ressínteses” activas do eu (Costa, M.E., 1990), a partir das quais os sujeitos poderão emergir com um sentimento do eu reforçado ou debilitado. A aquisição do

sentimento de confiança, de autonomia e de todos os sentimentos positivos não significam contudo que se tenha atingido uma “bondade”, um “estado de fortaleza”, ou seja, um estado duradouro das proporções favoráveis, que é impermeável a todo o desenvolvimento posterior.

Embora estas aquisições não tenham um carácter definitivo, E. Erikson (1963) apresenta contudo um conjunto das diferentes fortalezas que podem ser adquiridas em cada uma das etapas do desenvolvimento psicossocial:

- confiança básica vs desconfiança básica: impulso e esperança;
- autonomia vs vergonha e dúvida: autocontrolo e força de vontade;
- iniciativa vs culpa: direcção e propósito;
- indústria vs inferioridade: método e capacidade;
- identidade vs confusão de papel: devoção e fidelidade;
- intimidade vs isolamento: filiação e amor;
- generatividade vs estagnação: produção e cuidado;
- integridade do ego vs desesperança: renúncia e sabedoria.

As palavras em *itálico* são designadas pelo autor de virtudes básicas na medida em que as mesmas dão sentido a todos os outros valores humanos, reemergindo de geração em geração.

A teoria de E. Erikson, apesar de estar organizada numa sequência fixa de oito estádios, não é contudo uma teoria estrutural, ou seja, não faz depender a emergência de um estádio da resolução do estádio precedente. A qualidade de resolução depende, no entanto, do modo como foram organizados e desenvolvidos os estádios anteriores. Num determinado período do desenvolvimento, o sujeito não está apenas a lidar com a tarefa do estádio em questão, mas com as oito tarefas em simultâneo (Costa, M.E., 1990, 1991). E. Erikson refere a propósito que cada item do desenvolvimento está “sistematicamente relacionado com todos os outros, e que todos dependem do desenvolvimento adequado na sequência adequada de cada item” (Erikson, E., 1963, p. 249-250). Neste sentido, todos os itens existem de alguma forma antes que chegue o seu momento crítico e depois do mesmo ter acontecido. Como veremos de seguida, a partir da apresentação das oito etapas da teoria Eriksoniana, o desenvolvimento psicossocial caracteriza-se, segundo esta perspectiva, por evoluir de uma forma dinâmica e integrativa, exigindo cada acto a integração de todos os outros.

1. Confiança básica versus desconfiança básica

Este primeiro estágio decorre ao longo dos dois primeiros anos de vida e caracteriza-se fundamentalmente pela aquisição de um sentimento de confiança básica em oposição à desconfiança.

À semelhança do que já tinha sido anteriormente teorizado por Freud, também para Erikson (1963), a zona buco-labial desempenha, durante o primeiro ano de vida, um papel fulcral na relação do sujeito com o mundo, na diferenciação entre o interno e o externo. Da qualidade da relação estabelecida com as figuras significativas, nomeadamente com a mãe, dependerá a solução do conflito nuclear - confiança básica versus desconfiança básica. É a partir da qualidade da relação materna, da relação com mães narcisantes, disponíveis emocionalmente e que amam sem condições, que a criança internaliza um sentimento de confiança. Este sentimento de confiança constitui a base para um sentimento de identidade, que mais tarde se combinará com um sentimento de ser “aceitável”, de ser ela mesma, de ser os que demais confiam que venha a ser.

No entanto, mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, esta fase do desenvolvimento parece introduzir na vida psíquica “um sentimento de divisão interior e nostalgia universal por um paraíso perdido” (Erikson, E, 1963, p.229). É por oposição ao sentimento de ter sido despojado, de ter sido dividido, abandonado, “que é necessário conservar a confiança básica por toda a vida” (op. cit. p. 230). O sentimento de confiança básica é tão fundamental para o devir do indivíduo que a sua ausência pode acarretar, na opinião do autor, o aparecimento de psicopatologias mais ou menos graves como a esquizofrenia infantil para a criança, enquanto para o adulto uma permanente fragilidade do sentimento de confiança básico pode levar à eclosão de estados esquizóides e depressivos.

A solução desejável para esta primeira crise do desenvolvimento passará por um equilíbrio dinâmico entre os dois pólos, o que permitirá a emergência de um sentimento “rudimentar” da identidade do eu, que constituirá um dos fundamentos da identidade na adolescência. Este equilíbrio permitirá ao indivíduo aprender a confiar em si e nos outros, mas também a desconfiar, o que se traduzirá numa melhor adaptação ao meio, menos crédula e ingénua (Costa, M. E., 1990, 1991).

2. Autonomia versus vergonha e dúvida

O segundo estágio da perspectiva eriksoniana do desenvolvimento da identidade (2- 3 anos) corresponde genericamente ao estágio anal (1- 3 anos) da perspectiva freudiana. Também este estágio é fortemente marcado por aprendizagens motoras que permitirão à criança uma capacidade crescente de controlo muscular e consequentemente exploração de si própria e do mundo circundante. A criança

emerge de um período de quase total dependência em relação às figuras parentais. A maturação física irá permitir que o bebé se separe física e psicologicamente da mãe, reforçando deste modo a sua autonomia pessoal (Sprinthall, N.; Sprinthall, R. 1990).

“Agarrar e soltar”, a retenção e a expulsão, são duas actividades básicas que vão para além do controlo dos músculos dos esfíncteres, constituindo a primeira oportunidade para a criança se controlar a si própria, o seu próprio corpo e o mundo circundante. “O agarrar” permite à criança a retenção, a conservação ou ainda a repressão destrutiva e cruel. “O soltar” tem uma direcção oposta, está virado para fora, permitindo um contacto moderado com os outros, ou ainda, uma libertação hostil de forças destrutivas. Para E. Erikson (1963), o controlo externo deve ser tranquilizador e firme. Assim o sujeito sentir-se-á protegido, capacitando-se pouco a pouco a agarrar e a soltar com discrição. Evitar-se-á deste modo que a criança desenvolva formas de controlo sobre si própria e sobre o mundo de natureza obsessiva e compulsiva, que constituem, segundo o autor, o modelo infantil da neurose compulsiva.

No modelo bipolar de E. Erikson, a vergonha (uma espécie de raiva voltada contra o próprio) que se manifesta numa atitude de inferioridade, de retraimento em relação aos outros, num desejo de não ser visto pelos outros, de ser invisível, constitui, conjuntamente com a dúvida (a irmã da vergonha no dizer do autor) o pólo oposto da autonomia. Será a partir dos comportamentos de autonomia (capacidade crescente da criança em controlar a suas funções corporais, de se locomover, de se expressar pela linguagem) que a criança liberta, ainda que temporariamente dos sentimentos de dúvida, medo e vergonha, se lança à descoberta do mundo e de si própria.

A questão central neste estágio continua a ser o balanceamento entre autonomia e vergonha, ou seja, entre um sentimento de autocontrolo, sem perda da auto-estima de que resulta um sentimento constante de boa vontade e orgulho, e um sentimento de perda do autocontrolo e de supercontrolo exterior, de que resulta uma propensão duradoura para a dúvida e vergonha. Disso dependerá o modo como a sociedade, em geral, e os pais, em particular, incentivam mais um pólo ou outro. Parece-nos, no entanto, que as nossas sociedades, por serem cada vez mais competitivas, estimulam cada vez mais o polo da dúvida e da vergonha, originando assim sentimentos de inferioridade, de não ser suficientemente capaz.

Do balanço entre estas duas dimensões resultará ou não o desenvolvimento de um indivíduo responsável, independente.

3. Iniciativa *versus* culpa

Este terceiro estágio decorre entre os 3 e os 6 anos de idade, fazendo-se essencialmente o desenvolvimento pessoal nas áreas da iniciativa e da culpa. A iniciativa permite à criança emergir de um período povoado de hesitações e de temores, afirmando-se “mais ela mesma”. Reforça-se, deste modo, o seu sentido de autonomia e a capacidade de empreender e de planear novas tarefas.

A actividade e o movimento, o prazer no ataque e na conquista, são questões centrais que estão intimamente ligadas à iniciativa, que é considerada por E. Erikson (1963) como sendo uma componente fundamental para todo o ser humano. Desde as actividades mais simples às mais complexas, o ser humano necessita obrigatoriamente de “espírito de iniciativa” para as desempenhar.

O sentimento de culpa constitui o pólo oposto da iniciativa. Decorre a mesma da inveja e da rivalidade que a criança nutre com as pessoas que disputam com ela uma posição relacional privilegiada junto da sua mãe. O fracasso habitual que supõe este tipo de iniciativa gera sentimentos de culpa e de ansiedade. A criança tem medo de ser castigada pelas suas fantasias edípicas. A sexualidade infantil, o complexo de castração, o tabu do incesto e a formação do super eu fazem desta fase uma fase única da espécie humana que implica a renúncia a uma ligação pré-genital com as figuras parentais. A diferenciação sexual e conseqüentemente a identificação a uma das figuras parentais assume neste estágio de desenvolvimento uma importância capital.

Um super-controlo, uma super-obediência que vai para além dos limites exigidos pelos próprios pais, um super eu demasiado severo, podem constituir um perigo potencial para o ego do sujeito. Nestas situações a repressão do desejo é intensa, as fantasias são recalçadas e inibidas, as iniciativas são reduzidas ao mínimo. Na relação com os outros, predominam a vigilância moralista e a proibição da iniciativa e não a sua orientação (Erikson, E., 1963).

É por isso que a orientação das crianças é tão importante. A etapa edípica, tal como o autor se lhe refere, não determina apenas “a fixação opressiva de um senso moral que restringe o horizonte do permissível; ela também determina a direcção para o possível e o tangível que permite relacionar os sonhos das primeiras fases da infância com as metas da vida adulta” (Erikson, E., 1963, p.238).

4. Indústria *versus* inferioridade

Durante esta fase do desenvolvimento, que tem a sua equivalência na fase de latência de Freud (6-12 anos), a criança, recalçados os desejos e as esperanças do passado, disciplina a sua exuberante imaginação e subordina-se às leis gerais de

funcionamento. Compreende que não há um futuro viável no seio da família, pelo que se prepara para se dedicar a habilidades e tarefas que estão, para além do funcionamento familiar. Desenvolve para o efeito “um sentido de indústria, isto é, ajusta-se às leis inorgânicas do mundo das ferramentas” (*op. cit.*, p. 238). A criança deseja ser útil, ser capaz de fazer coisas, se possível de uma forma perfeita. Pouco a pouco, essencialmente através de uma educação cada vez mais escolar, a criança vai-se instruindo, preparando-se para o manejo das ferramentas e armas dos adultos.

E. Erikson (1963) considera ser esta a etapa socialmente mais decisiva. O sentimento de indústria supõe a participação do sujeito, ao lado dos outros, no mundo do trabalho, no “Ethos” tecnológico de uma cultura. O trabalho não deve, no entanto, constituir a única referência e obrigação por parte do indivíduo, com o risco do mesmo se transformar num “escravo conformista” que será explorado por aqueles que estejam em condições de o fazer.

O maior perigo desta fase consiste na elaboração, por parte da criança, de um sentimento de inadequação e inferioridade. Tal poderá acontecer quando a criança se considera condenada à mediocridade e à inadequação, quando verifica, por exemplo, que a cor da sua pele, as suas origens socio-económicas, a qualidade das suas roupas, terão mais peso que a sua vontade de aprender e do que o seu valor como aprendiz. Nestas circunstâncias, a identificação com os restantes elementos do grupo ficará comprometida aumentando na criança o seu sentimento de inadequação e inferioridade.

5. Identidade *versus* confusão de papel

Esta fase corresponde ao início da juventude e simultaneamente marca o fim da infância. E. Erikson (1963) refere, no entanto, que durante a puberdade e adolescência, muitas das “batalhas” dos anos anteriores são retomadas.

Nesta fase do desenvolvimento, os adolescentes procuram um novo sentido de continuidade e coerência, que se faz pela integração das experiências do passado e das identificações da infância no presente. Esta integração tem lugar sob a forma de identidade do ego e vai muito para além da simples soma de identificações da infância. Este sentimento de identidade do ego constitui para o autor “a segurança acumulada de que a coerência e a continuidade interiores elaboradas no passado equivalem à coerência e à continuidade do próprio significado para os demais, tal como se evidencia na promessa tangível de uma carreira” (*op. cit.*, p. 240).

A confusão de papéis constitui, na opinião de E. Erikson, o maior perigo desta etapa. Na maior parte dos casos, os jovens têm dificuldades em fixar-se numa “identidade ocupacional”. Para se manterem juntos, “superidentificam-se” frequentemente com os heróis dos grupos ou das multidões, o que poderá constituir

uma negação da sua própria identidade. Esta forte identificação com o grupo pode desenvolver nos jovens adolescentes um espírito de clã, com adoção de sinais característicos de estar no grupo e fora do grupo, e uma tendência para a “exclusão de todos os que sejam diferentes, na cor da pele, nos antecedentes culturais, nos gostos e dotes e, muitas vezes em aspectos insignificantes das vestimentas”(op. cit. p. 238),

Esta intolerância para com o outro deverá ser entendida, na opinião do autor, como uma defesa contra a confusão do sentimento de identidade. De igual modo se explica também a facilidade com que os adolescentes em geral têm tendência para aceitarem doutrinas simples e totalitárias. Procuram a certeza pela incapacidade de suportar a dúvida.

A idade da adolescência é, nesta perspectiva, um ponto de passagem entre a infância e a idade adulta, entre uma moral infantil e uma ética própria do adulto. Corresponde a um período de moratória que a sociedade confere aos adolescentes para que os mesmos resolvam a designada „crise da adolescência“, ou seja, procedam à integração e reelaboração dos elementos de identidade anteriormente adquiridos. É como que um tempo de espera durante o qual o sujeito tem a oportunidade, de proceder a uma síntese das identificações anteriores, de experimentar novos papéis, de construir e reconstruir as identificações mais apropriadas à sua forma de estar no presente e no futuro, definindo, deste modo, o seu lugar na sociedade.

Este período de moratória é facilitado, ou não, por instituições ou estruturas sociais que regulam o comportamento das pessoas. O sistema de valores vigentes numa determinada sociedade, as práticas de socialização, a estratificação social (raça, religião, género, classe social) e o momento histórico (guerra, recessão económica, epidemia...) são outros factores que influenciam a resolução da crise de identidade. A adolescência é neste sentido um período decisivo, de grande vulnerabilidade e instabilidade.

Durante o processo de formação da identidade, a crise e a confusão permanecem, dando lugar a balanceamentos sucessivos entre os dois pólos, o que permite ao indivíduo fazer ajustamentos, de acordo com as suas experiências e as mudanças com que vai sendo confrontado.

A difusão da identidade resulta da incapacidade do adolescente em fazer face às mudanças internas e externas que esta fase do desenvolvimento supõe, podendo manifestar-se de diferentes formas. A mais grave de todas é a difusão da perspectiva temporal, que resultará do fracasso da aquisição de um sentimento de confiança básica, durante o primeiro estágio psicossocial. A sintomatologia manifesta-se a partir de comportamentos (predominantemente) de imobilidade e de apatia (Costa,

M.E., 1990, 1991). O adolescente tem nestas situações enormes dificuldades em intervir sobre a sua própria frustração e em fazer uso do seu próprio pensamento. Algo terá falhado, na nossa opinião, a nível da internalização e da organização de bons objectos internos, o que torna o sujeito incapaz de esperar e de pensar no futuro de uma forma prospectiva.

Um fracasso nos estádios de autonomia *versus* vergonha/dúvida e iniciativa *versus* culpa poderá levar o sujeito a retrair-se sobre si próprio, evidenciando sentimentos de vergonha e de dúvida na sua relação com os outros. Nestas situações, estamos perante um fracasso do processo de autonomização e, consecutivamente, da construção da identidade. Este estado de incapacidade, de inaptidão por parte do adolescente em fazer face às exigências inerentes ao desenvolvimento da identidade e da autonomia, pode levá-lo, numa atitude defensiva, a negar os sentimentos de vergonha e de dúvida, substituindo-os por um narcisismo arrogante (Costa, M.E., 1990).

A fixação a papéis socialmente menos aceitáveis (comportamentos delinquentes), que levam muitas vezes a um confronto com a sociedade, a apatia em relação ao trabalho, de que resultam sentimentos de incompetência perante a resolução de tarefas e a confusão sexual, são, ainda segundo esta autora, outros tantos problemas que derivam da confusão da identidade.

Estes exemplos constituem também uma prova do modo como os estádios que antecedem a adolescência, período por excelência de construção da identidade, influenciam o desenvolvimento da mesma.

6. Intimidade *versus* isolamento

Este estágio marca o fim da adolescência, assumindo a capacidade de manter relações de intimidade com os outros uma importância fundamental. O jovem adulto que emerge de um período de busca de identidade tem agora disponibilidade psicológica para fundir a sua identidade com a de outros (Erikson, E., 1963). Está doravante preparado para a intimidade, para estabelecer relações adultas, ou seja, “encontra-se capaz de se confiar a filiações e associações concretas e de desenvolver a força ética necessária para ser fiel a essas ligações, mesmo que elas imponham sacrifícios e compromissos significativos” (Erikson, E., 1963, p. 242-243).

A intimidade supõe que o sujeito seja solidário, que se entregue ao outro, o que poderá levar a que o jovem adulto, nas situações que exijam auto-abandono, experiencie sentimentos de perda do eu. A fuga a este tipo de vivências poderá conduzi-lo a uma profunda sensação de isolamento, constituindo este sentimento o reverso da intimidade.

A tendência para o isolamento, assim como a tentativa de “destruir” pessoas e forças que pareçam perigosas para o sujeito, constitui o maior perigo desta fase do desenvolvimento.

A resolução deste período faz-se pelo desenvolvimento de uma identidade coesa que permita ao indivíduo estabelecer relações de intimidade duradouras com os outros, sem medo de perda ou de difusão da mesma.

7. Generatividade *versus* estagnação

O conceito de generatividade que marca o sétimo estágio encerra em si um sentido dinâmico, sendo sinónimo, segundo E. Erikson (1963), de termos mais populares, como produtividade e criatividade, que não podem no entanto substituí-lo. O adulto é essencialmente caracterizado como sendo movido pela necessidade de orientar e de investir na geração seguinte. O investimento que o sujeito faz nos outros e na sociedade, assim, como o modelo de identificação que representa para os mais jovens, são contributos essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades.

Quando o investimento não se faz ocorre uma regressão, muitas vezes acompanhada por uma sensação de estagnação e de infertilidade pessoal, falhando deste modo o processo generativo. A um nível mais global este tipo de falha deve ser procurado na geração seguinte, cujo crescimento se alicerça nos modelos de identificação que lhe são dados pela geração anterior.

8. Integridade *versus* desespero

No oitavo e último estágio da perspectiva eriksoniana do desenvolvimento da identidade, o ser humano é confrontado com o seu próprio ciclo de vida. Os que foram capazes de se adaptarem aos triunfos e ilusões inerentes à sua própria condição de criadores de outros seres humanos e de produtores de ideias, poderão amadurecer o fruto das suas vivências que se espriam ao longo das sete fases de desenvolvimento anteriormente apresentadas. Nelas se poderão rever integrando as imagens do passado, aceitando o seu próprio ciclo de vida, desenvolvendo assim o que E. Erikson (1963) designa por integridade do ego.

O desespero exprime-se, pelo contrário, através de um sentimento de insatisfação do homem perante si e a sua própria vida. O sujeito toma consciência de que o seu tempo já é curto para recomeçar, ou para experimentar rotas alternativas para a integridade do ego (Erikson, E., 1963).

Considerações finais

Como seria de esperar, a teoria da identidade de E. Erikson foi alvo de várias críticas que vão desde a dificuldade que o autor tem em definir o próprio conceito de identidade, até uma apreciação mais global da teoria que é considerada conservadora, por uns, e demasiado radical, por outros. Há ainda quem a considere especulativa, por apenas se fundar em dados de natureza clínica, sexista, na medida em que tem apenas em conta o estudo do desenvolvimento do sexo masculino e por estar demasiado ligada à perspectiva energética, instintiva de S. Freud (Costa, M.E., 1991). Outra crítica que é frequentemente levantada prende-se com a possibilidade de se poderem estabelecer generalizações do esquema de estádios a outras sociedades. Com efeito, apesar de ter havido por parte de E. Erikson a pretensão de conferir um carácter de universalidade ao seu esquema de estádios, facilmente se verifica que a teorização dos mesmos assenta fundamentalmente na cultura ocidental, com referências, por vezes, explícitas à sociedade norte-americana (Smelser, N.J., 1996).

Estas questões não invalidam, contudo, o contributo notável que E. Erikson, por alguns considerado o psicanalista que mais influenciou a cultura humana do séc. XX, depois de S. Freud, nos legou. Com ele, o estudo da formação e do desenvolvimento da identidade ganhou em espessura teórica, permitindo que, posteriormente, muitos outros estudos fossem produzidos nesta área do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, M.E. (1990) - *Desenvolvimento da identidade, Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens*, coordenado por B.P. Campos, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 251-286.

COSTA, M.E. (1991) - *Contextos Sociais de Vida e Desenvolvimento da Identidade*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

FERREIRA, J.A.G.A.; HOOD, A.B. (1990) - «Para a compreensão do desenvolvimento psicossocial do estudante universitário», *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIV, pp. 391-406.

ERIKSON, E. H. (1963) - *Infância e sociedade*, trad. do americano, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

ERIKSON, E. H. (1968) - *Identidade juventude e crise*, trad. do americano, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

SPRINTHALL, N.; SPRINTHALL, R. (1990) - *Psicologia Educacional*, trad. do inglês, Lisboa, McGRAW-HILL, 1994.

SMELSER, N.J. (1996) – «Erik Erikson as Social Scientist», *Psychoanalysis and Contemporary Thought*, Vol. 19, 2, pp. 207-224.